c) As autoridades fiscalizadoras dos Estados membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de responderem atempadamente a quaisquer pedidos de informação formulados por requerentes sobre a situação dos seus pedidos completamente instruídos com vista à obtenção de licenças para operações de subscrição directa de seguros através do estabelecimento de uma filial no território de um Estado membro, em conformidade com a legislação desse Estado membro.

d) As Comunidades Europeias e seus Estados membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de analisarem quaisquer questões relacionadas com o funcionamento sem sobressaltos do mercado interno de seguros e de terem em consideração quaisquer assuntos que possam ter impacto no mercado interno de seguros.

e) As Comunidades Europeias e seus Estados membros constatarem que, no que se refere ao seguro automóvel, nos termos do direito comunitário vigente desde 31 de Dezembro de 1997 e sem prejuízo de legislação futura, os prémios podem ser calculados tendo em conta vários factores de risco.

f) As Comunidades Europeias e os seus Estados membros constatarem que, nos termos do direito comunitário vigente desde 31 de Dezembro de 1997, e sem prejuízo de legislação futura, não é geralmente exigida a aprovação prévia pelas autoridades fiscalizadoras nacionais das condições das apólices e das escalas de prémios a serem utilizadas por uma companhia de seguros.

g) As Comunidades Europeias e os seus Estados membros constatarem que, nos termos do direito comunitário vigente desde 31 de Dezembro de 1997, e sem prejuízo de legislação futura, não é geralmente exigida a aprovação prévia pelas autoridades fiscalizadoras nacionais dos aumentos das taxas de prémios.

Outros serviços financeiros

a) Em aplicação das directivas comunitárias relevantes, os Estados membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de analisarem, num prazo de 12 meses, os pedidos completos de empresas sujeitas às leis de um país terceiro, para concessão de licenças para o exercício de actividades bancárias através do estabelecimento num Estado membro de uma filial em conformidade com a legislação desse Estado membro. Sempre que tais pedidos sejam recusados, o Estado membro envidará os seus melhores esforços no sentido de notificar a empresa em causa e de lhe comunicar os motivos de recusa do pedido.

b) Os Estados membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de responderem atempadamente a pedidos de informação formulados por requerentes sobre a situação dos seus pedidos de licenças completamente instruídos para o exercício de actividades bancárias através do estabelecimento no território de um Estado membro de uma filial em conformidade com a legislação desse Estado membro.

c) Em aplicação das directivas comunitárias relevantes, os Estados Membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de examinarem, num prazo de seis meses, os pedidos completos de licenças para o exercício de serviços de investimentos no domínio dos valores mobiliários, conforme definido na directiva sobre serviços de investimentos, através do estabelecimento no território de um Estado membro e em conformidade com a legislação desse Estado membro, de uma filial de uma empresa regulamentada pelas leis de um país

terceiro. Sempre que tais pedidos sejam recusados, o Estado membro envidará os seus melhores esforços no sentido de notificar a empresa em causa e de lhe comunicar os motivos de recusa do pedido.

d) Os Estados membros envidarão os seus melhores esforços no sentido de responderem atempadamente a pedidos de informação formulados por requerentes sobre a situação dos seus pedidos de licenças completamente instruídos para o exercício de serviços de investimento na área dos valores mobiliários através do estabelecimento no território de um Estado membro, em conformidade com a legislação desse Estado membro, de uma filial de uma empresa regulamentada pelas leis de um país terceiro.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 30/99. — Processo n.º 1140/98

Acordam no plenário do Tribunal Constitucional:

1 — O presidente da Assembleia de Freguesia de Serreleis (concelho de Viana do Castelo) requereu ao Tribunal Constitucional, por carta enviada ao seu Presidente, datada de 26 de Dezembro de 1998 e com registo de entrada neste Tribunal de 29 do mesmo mês e ano, a apreciação da constitucionalidade e da legalidade, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 49/90, de 24 de Agosto (diploma a que, salvo indicação em contrário, se referem todos os preceitos citados), de uma consulta directa a nível local sobre a localização de um campo de jogos (póidesportivo).

Juntou fotocópia da proposta da consulta, subscrita por quatro membros da Assembleia de Freguesia, e da acta n.º 6 da sessão deste órgão autárquico, onde aquela proposta foi aprovada.

D. e A., cumpre decidir.

2 — Com interesse para a decisão da causa, dos autos resulta assente o seguinte:

A — Subscrita por quatro membros da Assembleia de Freguesia de Serreleis, foi elaborada uma «proposta», datada de 18 de Novembro de 1998, nos seguintes termos:

«Considerando que:

- 1.º A Junta de Freguesia de Serreleis pretende construir um póidesportivo (campo para a prática de diversos jogos) por detrás do Salão Paroquial de Serreleis e em terreno próprio da freguesia e contíguo a este salão;
- 2.º A construção desse póidesportivo é uma aspiração dos jovens da freguesia de há muitos anos a esta parte;
- 3.º A publicidade feita ao possível início das obras do póidesportivo provocou uma reacção de oposição à execução de tal obra por parte da Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Serreleis no local escolhido pela Junta de Freguesia;
- 4.º Em assembleia extraordinária desta Assembleia de Freguesia, convocada para se pronunciar sobre se deveria construir por detrás do Salão Paroquial, foi deliberado, por unanimidade, submeter a questão da localização a consulta directa dos cidadãos eleitores da freguesia, ou seja, a referendo.

Assim, esta Assembleia delibera, nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, 8.º, alínea b), e 10.º da Lei n.º 49/90, de 24 de Agosto, o seguinte:

- 1.º Consultar os eleitores da freguesia de Serreleis, através de referendo, sobre se o local escolhido pela Junta de Freguesia para a instalação do polidesportivo, por detrás do Salão Paroquial, deve ou não ser mantido;
- 2.º A pergunta a fazer aos eleitores deve ter o seguinte teor:

‘Concorda com a construção de um campo de jogos para desportos diversos (polidesportivo) na parte de trás do Salão Paroquial de Serreleis?’

Sim.

Não.’»

B — Em 20 de Dezembro seguinte realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Serreleis, em que estiveram presentes todos os seus membros, à excepção de um, cuja falta foi devidamente justificada, com a seguinte ordem de trabalhos:

«1 — Aprovação do plano de actividades para noventa e nove.

2 — Deliberação sobre a proposta de referendo para consulta dos eleitores de Serreleis sobre a localização do polidesportivo.

3 — Aprovação da pergunta a fazer aos eleitores.»

C — Apresentada a proposta referida em A à votação da assembleia foi ela aprovada por unanimidade.

D — Igualmente por unanimidade, foi aprovada a pergunta a efectuar na consulta aos eleitores nos seguintes termos:

«Concorda com a construção de um campo de jogos para desportos diversos (polidesportivo) na parte de trás do Salão Paroquial de Serreleis?’

Sim.

Não.

3 — Não se verificam irregularidades formais no processo, como se passa a demonstrar.

3.1 — O requerimento foi enviado pelo presidente do órgão competente ao Tribunal Constitucional, no prazo de oito dias a contar da deliberação, conforme estabelece o artigo 11.º, n.º 1, e veio acompanhado do texto da deliberação e da cópia da acta da sessão respectiva, como exige o disposto no n.º 2 do mesmo artigo 11.º

3.2 — A proposta de consulta directa foi, como se viu, apresentada por quatro membros da Assembleia de Freguesia de Serreleis, pelo que se mostra cumprido o disposto no artigo 8.º, alínea b).

Na verdade, de acordo com os dados fornecidos pelo STAPE, in *Actualização do Recenseamento Eleitoral — 1997*, a freguesia de Serreleis tinha inscritos, em Maio de 1997, 943 eleitores; nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, a Assembleia de Freguesia é composta por sete membros quando o número de eleitores é igual ou inferior a 1000; composta, assim, a Assembleia de Freguesia de Serreleis por sete membros, os quatro proponentes perfazem (e ultrapassam mesmo), o terço exigido pelo citado artigo 8.º, alínea b).

3.3 — Cumprido se mostra também o disposto no artigo 9.º, n.º 1 — a proposta apresentada contém a pergunta (única) a submeter aos eleitores.

3.4 — Datada a proposta de consulta local de 18 de Novembro de 1998 e tomada a deliberação em 20 de Dezembro de 1998, não terá sido cumprido o que prescreve o artigo 6.º, n.º 2 — a deliberação deveria ocorrer no prazo de 15 dias a contar da data da recepção da proposta para realização da consulta.

De todo o modo, não parece que o desrespeito de tal prazo determine a caducidade da proposta; a consagração de um prazo entre a recepção da proposta e a deliberação representará, antes, uma medida favorável ao seguimento da proposta visando obstar a que o órgão competente protelesse a sua votação.

Nesta medida, tomada efectivamente a deliberação com a aprovação da proposta, degrada-se em não essencial a formalidade, irrelevando o apontado incumprimento.

3.5 — Por último, a deliberação da Assembleia de Freguesia foi tomada à pluralidade de votos, como o impõe o artigo 10.º

4 — Sobre o conteúdo da consulta e a formulação da pergunta aprovada não se vislumbra qualquer inconstitucionalidade e ou ilegalidade.

4.1 — A pergunta a submeter aos eleitores da área da freguesia de Serreleis — se concordam com a construção de um campo de jogos para desportos diversos (polidesportivo) na parte de trás do Salão Paroquial de Serreleis — permite uma resposta inequívoca, pela simples afirmativa ou negativa.

Por outro lado, ela não sugere, explícita ou implicitamente, uma qualquer resposta.

Cumpridos se mostram assim os comandos ínsitos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º

4.2 — Nos termos do artigo 240.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa (revisão de 1997) é lícito às autarquias locais «submeter a referendo dos respectivos cidadãos eleitores matérias incluídas nas competências dos seus órgãos, nos casos, nos termos e com a eficácia que a lei estabelecer».

O preceito corresponde ao do anterior artigo 241.º, n.º 3, da Constituição da República Portuguesa, deixando, porém, de se qualificar como *exclusiva* a *competência* onde, necessariamente, se deveriam inserir as matérias susceptíveis de serem submetidas a referendo.

Teve já o Tribunal Constitucional oportunidade de se pronunciar sobre o sentido desta alteração, concluindo então que «haverá hoje que entender que são matérias de referendo local [...] as da competência meramente consultiva dos órgãos das autarquias locais»; deixou-se, porém, em aberto a questão de saber se, em face da segunda parte do n.º 1 do artigo 240.º da Constituição da República Portuguesa, «se deve ter por implicitamente revogado nessa parte o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 49/90 ou se, desaparecido o obstáculo constitucional, a proibição ainda se mantém» (Acórdão n.º 390/98, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 259, de 9 de Novembro de 1998, a p. 15 834).

Também aqui, mas por outras razões, não se afigura decisivo tomar posição sobre uma tal questão, já que a matéria em causa se integra nas atribuições da freguesia e invadida não é a esfera de competência de órgãos de qualquer outro ente público.

Para este efeito, importa, antes do mais, deixar claro que a pergunta a colocar não visa apurar se os eleitores concordam, ou não, com a *construção* de um campo de jogos (e o investimento público que tal demandaria), mas tão-só com a *afecção* de um determinado terreno — que, dando por assente o que consta da proposta,

se integra no património da freguesia («terreno próprio da freguesia») — a campo de jogos.

Nesta medida, não releva para determinar se a consulta local incide sobre matéria da competência dos órgãos da freguesia a consideração de poderes que se reportem, nomeadamente, à realização do investimento público respeitante à construção do referido campo (cf., v. g., artigos 1.º, n.º 2, 8.º, alínea f) do n.º 4, e 11.º do Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março), ao regime de instalação e funcionamento de instalações desportivas de uso público (Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro) ou de outros relacionados com o ordenamento urbanístico da área em causa.

É função das autarquias locais, nos termos do artigo 235.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa, a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, interesses esses que «radicam nas comunidades locais, enquanto tais, isto é, que são comuns nos residentes e que se diferenciam dos interesses da colectividade nacional e dos interesses próprios das restantes comunidades locais» (Gomes Canotilho e Vital Moreira, in *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª ed., p. 882).

Este princípio fundamental mostra-se concretizado no artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março (LAL), que consagra como «atribuição» das autarquias locais «o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas».

O mesmo preceito enumera, a título exemplificativo, alguns desses «interesses», relevando, para o caso, o que respeita à «administração de bens próprios» e à «cultura, tempos livres e desporto».

No que concerne à «administração de bens próprios» — poder inerente à autonomia de uma pessoa colectiva com património próprio —, já o Código Administrativo, no seu artigo 253.º, apontava como *atribuição* das juntas de freguesia (então único órgão paroquial) deliberar «sobre a administração dos bens próprios da freguesia» (n.º 6).

No âmbito das citadas atribuições, o artigo 15.º, n.º 1, alínea i), da LAL confere à assembleia de freguesia competência para estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia e o artigo 27.º, n.º 1, alínea h), do mesmo diploma atribui à junta de freguesia o poder de prover à administração corrente do património da freguesia.

Com a Lei n.º 23/97, de 2 de Julho, que expressamente reforça as atribuições e competências das freguesias (artigo 1.º), inscreve-se como um dos domínios das atribuições da freguesia o da «cultura, tempos livres e desporto» [artigo 2.º, alínea f)].

Ora, neste quadro de atribuições e competências, a afectação de um bem próprio da freguesia a um certo fim integra-se no poder de administração dos órgãos da autarquia, e a prossecução desse fim, no caso, visando a satisfação de necessidades comuns e específicas da respectiva população na área do desporto, mostra-se legalmente legitimada pelo citado artigo 2.º, alínea f), da Lei n.º 23/97.

A consulta local em apreço incide, deste modo, sobre matérias da competência dos órgãos da freguesia de Serreleis, sendo da competência — no caso, efectivamente exercida — da assembleia de freguesia respectiva a deliberação sobre a sua realização, nos termos do artigo 6.º, n.º 1.

5 — Pelo exposto, e em conclusão, decide o Tribunal Constitucional ter por verificada a constitucionalidade e a legalidade do referendo local cuja realização foi deliberada pela Assembleia de Freguesia de Serreleis na sua sessão de 20 de Dezembro de 1998.

13 de Janeiro de 1999. — *Artur Maurício — Messias Bento — Guilherme da Fonseca — Vítor Nunes de Almeida — José de Sousa e Brito — Paulo Mota Pinto — Alberto Tavares da Costa — Bravo Serra — Maria Fernanda Palma — Maria dos Prazeres Beleza — Maria Helena Brito — Luís Nunes de Almeida — José Manuel Cardoso da Costa.*